

GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE OS ASPECTOS QUE CARECEM DE ATENÇÃO NO BRASIL

Osmar Marques de Oliveira¹

RESUMO

A gestão da segurança pública no Brasil é um tema relevante devido aos desafios enfrentados em relação à criminalidade e violência. Autores brasileiros como Zaffaroni, Cano, Musumeci e Barros propõem abordagens integradas, ética e responsabilidade na gestão da segurança pública. O modelo punitivo atual perdeu legitimidade, exigindo uma revisão profunda. A concentração na punição e encarceramento negligencia abordagens mais eficazes, levantando questionamentos sobre a aplicação das penas. É necessário buscar alternativas ao modelo tradicional, considerando abordagens integradas, preventivas e inclusivas. A gestão da segurança pública deve considerar as causas sociais e econômicas da criminalidade, promover a inclusão social, combater desigualdades e fortalecer ações preventivas. A ética e a responsabilidade na gestão são fundamentais para evitar a instrumentalização política da polícia. A revisão crítica das obras dos autores mencionados destaca a importância de repensar as políticas de segurança pública e adotar abordagens mais amplas. As contribuições dos autores brasileiros mencionados permitem avançar na busca por uma gestão mais eficaz e justa da segurança pública no país. Por fim este estudo sugere mais pesquisas neste ramo afim de que sejam incorporadas as práticas acadêmicas.

Palavras-chave: abordagens integradas, ações preventivas, criminalidade, desigualdades, ética, gestão da segurança pública

ABSTRACT

The management of public security in Brazil is a relevant topic due to the challenges faced regarding crime and violence. Brazilian authors such as Zaffaroni, Cano, Musumeci, and Barros propose integrated approaches, ethics, and responsibility in public security management. The current punitive model has lost legitimacy, demanding a profound revision. The focus on punishment and incarceration neglects more effective approaches, raising questions about the application of penalties. It is necessary to seek alternatives to the traditional model, considering integrated, preventive, and inclusive approaches. Public security management should consider the social and economic causes of crime, promote social inclusion, combat inequalities, and strengthen preventive actions. Ethics and responsibility in management are essential to avoid the political instrumentalization of the police. The critical review of the works of the mentioned authors highlights the importance of rethinking public security policies and adopting broader approaches. The contributions of these Brazilian authors allow for progress in the pursuit of more effective and fair public security management in the country. Finally, this study suggests further research in this field to incorporate academic practices.

Keywords: integrated approaches, preventive actions, crime, inequalities, ethics, public security management.

¹ Discente do curso de Gestão de Segurança Pública da Faculdade FASUL EDUCACIONAL EAD
osmar020167@gmail.com

Orientadora Prof. Helianna Lourenço - Diretora Acadêmica.

1. INTRODUÇÃO

A gestão da segurança pública é um tema de extrema relevância no Brasil, tendo em vista os desafios constantes enfrentados pelo país em relação à criminalidade e à violência. Nesse contexto, diversos autores brasileiros têm se dedicado ao estudo desse campo, buscando identificar os aspectos que carecem de atenção e propondo soluções para uma gestão mais eficaz. Esta fundamentação teórica apresentará as contribuições de Eugenio Raúl Zaffaroni, Ignacio Cano, Leonarda Musumeci e Tarcísio Barros, que abordam abordagens integradas, ética e responsabilidade na gestão da segurança pública.

O modelo punitivo vigente tem perdido legitimidade, o que demanda uma revisão profunda do modo como a sociedade lida com o fenômeno da criminalidade. A concentração excessiva na punição e no encarceramento tem negligenciado abordagens mais eficazes para lidar com a criminalidade, levantando questionamentos sobre a efetividade das penas e sua aplicação. Assim, os autores destacam a necessidade de buscar alternativas ao modelo punitivo tradicional, considerando abordagens mais integradas, preventivas e inclusivas.

O objetivo desta fundamentação teórica é apresentar as perspectivas desses autores brasileiros, demonstrando a importância de repensar as políticas de segurança pública e adotar abordagens mais amplas. Serão abordadas a necessidade de considerar as causas sociais e econômicas da criminalidade, investir na promoção da inclusão social, no combate às desigualdades e fortalecer as ações preventivas. Além disso, será ressaltada a importância de uma gestão pautada pela ética e responsabilidade, evitando a instrumentalização da polícia para fins políticos.

A metodologia adotada nesta fundamentação teórica consiste em uma análise crítica das obras dos autores mencionados, ou seja, revisão de literatura. Serão apresentados trechos selecionados de seus escritos, destacando os principais argumentos e contribuições para a compreensão dos desafios e possíveis soluções na gestão da segurança pública no Brasil.

Os autores brasileiros Eugenio Raúl Zaffaroni, Ignacio Cano, Leonarda Musumeci e Tarcísio Barros trazem contribuições importantes para a compreensão dos desafios e possíveis soluções na gestão da segurança pública no Brasil. Suas análises ressaltam a necessidade de repensar o sistema penal, considerar as causas sociais da criminalidade, adotar abordagens integradas e evitar a instrumentalização política na gestão da segurança. Ao levar em conta essas reflexões, é possível avançar na busca por uma gestão mais eficaz e justa da segurança pública no país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. 1. REPENSANDO A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: ABORDAGENS INTEGRADAS, ÉTICA E RESPONSABILIDADE

A gestão da segurança pública é um tema de grande relevância no Brasil, diante dos desafios constantes enfrentados pelo país em relação à criminalidade e à violência. Diversos autores brasileiros têm se dedicado ao estudo desse campo, buscando identificar os aspectos que carecem de atenção e propondo soluções para uma gestão mais eficaz.

Eugenio Raúl Zaffaroni destaca a necessidade de repensar o modelo punitivo vigente, afirmando que "a perda de legitimidade do sistema penal demanda uma revisão profunda do modo como a sociedade lida com o fenômeno da criminalidade" (ZAFFARONI, 2003, p. 68). Sendo assim, o autor levanta questionamentos sobre a efetividade das penas e a maneira como elas são aplicadas. Ele aponta que, muitas vezes, o sistema penal se concentra apenas na punição e no encarceramento, negligenciando outras abordagens que poderiam ser mais eficazes para lidar com a criminalidade. Nesse sentido, ele defende a necessidade de buscar alternativas ao modelo punitivo tradicional.

Ao afirmar que a perda de legitimidade do sistema penal demanda uma revisão profunda do modo como a sociedade lida com o fenômeno da criminalidade, Zaffaroni (2003) destaca a importância de repensar as políticas de segurança pública, considerando abordagens mais integradas, preventivas e inclusivas. Ele sugere que é necessário ir além da mera punição, buscando soluções que visem tratar as causas sociais e econômicas da criminalidade, promover a ressocialização dos infratores e fortalecer os mecanismos de prevenção.

Ao passo que Ignácio Cano enfatiza a importância de compreender as causas sociais e econômicas da criminalidade, afirmando que "a gestão da segurança pública precisa ir além das medidas repressivas e investir na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades" (CANO, 2008, p. 112). Ao afirmar que a gestão da segurança pública precisa investir na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades, Cano enfatiza a importância de adotar políticas públicas que abordem as causas estruturais da criminalidade. Isso envolve a implementação de ações que visem diminuir as desigualdades sociais, garantir acesso a serviços básicos de qualidade, promover a educação, fomentar oportunidades de trabalho e renda, entre outras medidas que contribuam para a inclusão e a melhoria das condições de vida da população. Sendo assim, a necessidade de uma abordagem mais ampla na gestão da segurança

pública, que leve em consideração as questões sociais e econômicas que influenciam o surgimento e a perpetuação da criminalidade. (CANO, 2008).

Complementando o pensamento dos autores acima, Leonarda Musumeci ressalta a necessidade de uma abordagem integrada na gestão da segurança pública, envolvendo a participação da sociedade civil, das polícias e de outros setores relacionados. Para ela, "uma gestão estratégica eficaz requer a integração de diferentes atores e o fortalecimento das ações preventivas" (MUSUMECI, 2012, p. 78).

Além disso, Musumeci enfatiza o fortalecimento das ações preventivas como parte essencial de uma gestão estratégica da segurança pública. Isso implica investir em políticas e programas que atuem na prevenção do crime, abordando suas causas e fatores de risco. Essas ações podem incluir projetos de educação, capacitação profissional, inserção social, promoção da cultura de paz e programas de prevenção ao uso de drogas, por exemplo.

Tarcísio Barros destaca a importância de evitar a criminalização da política na gestão de polícia e na promoção da segurança pública. Ele enfatiza que "a gestão da segurança pública deve ser pautada pela ética e pela responsabilidade, evitando a instrumentalização da polícia para fins políticos" (BARROS, 2018, p. 95).

Ao mencionar que a gestão da segurança pública deve ser pautada pela ética e pela responsabilidade, Barros enfatiza a importância de que as ações e decisões relacionadas à segurança sejam orientadas por princípios éticos e respeito aos direitos humanos. Ele alerta para os perigos da instrumentalização da polícia para fins políticos, ou seja, o uso indevido da força policial como instrumento de controle político, perseguição de opositores ou proteção de interesses particulares.

Essa preocupação de Barros se alinha com a abordagem integrada proposta por Musumeci. Ambos os autores ressaltam a importância da participação da sociedade civil e de outros atores na gestão da segurança pública, evitando a concentração excessiva de poder e buscando garantir uma atuação policial imparcial, voltada para a proteção dos direitos e a promoção da segurança de toda a população.

A ênfase na ética e na responsabilidade na gestão da segurança pública contribui para fortalecer a confiança e a legitimidade das instituições policiais, além de evitar abusos e práticas que comprometam os direitos individuais e coletivos. Essa postura ética e responsável é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de segurança baseada no respeito aos direitos humanos e na busca por uma sociedade mais justa e segura.

Portanto, a anuência entre as ideias de Musumeci e Barros ressalta a importância de uma gestão da segurança pública que seja integrada, ética e responsável, evitando a

instrumentalização da polícia para fins políticos e garantindo a proteção dos direitos e a segurança de toda a população.

Esses autores brasileiros trazem contribuições importantes para a compreensão dos desafios e possíveis soluções na gestão da segurança pública no Brasil. Suas análises destacam a necessidade de repensar o sistema penal, considerar as causas sociais da criminalidade, adotar abordagens integradas e evitar a instrumentalização política na gestão da segurança. Ao levar em conta essas reflexões, é possível avançar na busca por uma gestão mais eficaz e justa da segurança pública no país.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PREVENTIVAS E SOCIAIS NA GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A segurança pública no Brasil é um desafio complexo e multifacetado, exigindo abordagens abrangentes e eficazes para enfrentar as causas da criminalidade e promover um ambiente seguro e inclusivo para todos os cidadãos. Nesse contexto, diversos autores brasileiros têm se dedicado a analisar a importância das políticas preventivas e sociais como aspectos fundamentais na gestão da segurança pública. Neste texto, serão apresentadas as obras de Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Rocha e Sérgio Adorno, que fornecem insights valiosos para o debate sobre o tema.

Conforme Soares (2006), a relação entre desigualdade social, exclusão e violência, ressaltando a necessidade de investimentos em políticas de prevenção. Soares enfatiza a importância de ações integradas que envolvam diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, visando à redução dos índices de violência. Para ele, é essencial enfrentar as causas estruturais da criminalidade para alcançar resultados duradouros.

Rocha (2010), destaca a importância de políticas preventivas e intervenções sociais no combate à violência. A autora argumenta que uma gestão eficiente da segurança pública deve ser baseada em evidências e contar com a participação da sociedade civil. Rocha ressalta a necessidade de uma atuação integrada de diferentes setores, como educação, assistência social, cultura e esporte, visando à promoção da inclusão social e à redução da criminalidade. Para ela, as políticas públicas de segurança devem abranger não apenas a repressão, mas também a prevenção e a transformação social.

Enquanto Adorno (2019), propõe uma visão crítica sobre as políticas de segurança pública no contexto brasileiro. O autor argumenta que a abordagem repressiva predominante não é eficaz na redução da criminalidade e defende a necessidade de políticas preventivas e sociais. Adorno ressalta a importância de investimentos em áreas como educação, cultura e

oportunidades de trabalho para enfrentar as causas da violência e promover uma segurança mais efetiva e justa. Ele destaca a relevância de uma abordagem integrada e participativa, que envolva diferentes atores sociais na formulação e implementação de políticas de segurança.

A análise desses autores ressalta que a redução da criminalidade não pode se limitar apenas à repressão, mas deve ser complementada por ações preventivas e sociais. Isso envolve o combate à desigualdade social, a promoção da inclusão social, o fortalecimento das instituições educacionais e a criação de oportunidades para os jovens. A prevenção e as políticas sociais são aspectos fundamentais que devem receber atenção na gestão de segurança pública, a fim de construir uma sociedade mais segura e justa (ADORNO. 2019)

Portanto, as reflexões desses autores brasileiros evidenciam a necessidade de repensar as abordagens tradicionais de segurança pública, ampliando o foco para além da repressão. Investir em políticas preventivas e sociais é fundamental para enfrentar as causas da criminalidade e promover uma segurança mais efetiva e inclusiva no Brasil. Para Rocha (2010) Essa perspectiva integrada e participativa deve guiar as ações dos gestores públicos, buscando construir um ambiente seguro e equitativo para todos os cidadãos.

Ao adotar uma perspectiva integrada e participativa, os gestores públicos podem envolver a sociedade civil, organizações não governamentais e outros atores relevantes na formulação e implementação de políticas de segurança. Essa abordagem mais inclusiva permite que diferentes perspectivas sejam consideradas, levando a soluções mais abrangentes e sustentáveis.

No entanto, conforme Rocha (2010) é importante reconhecer que a implementação de políticas preventivas e sociais requer um esforço conjunto e alocar recursos adequados para alcançar resultados significativos. Isso muitas vezes implica em um redirecionamento de recursos que antes eram predominantemente direcionados para a repressão.

2.3 ABORDAGEM INTEGRADA NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: ENVOLVENDO A SOCIEDADE CIVIL E OUTROS ATORES

A abordagem integrada na gestão da segurança pública, envolvendo a sociedade civil e outros atores, é fundamental para promover uma atuação eficiente e efetiva no campo da segurança. A construção dessa abordagem baseia-se na participação social, que é essencial para a construção de políticas públicas mais adequadas e para o fortalecimento da democracia.

A participação social no campo da segurança pública envolve a inclusão ativa da sociedade civil, organizações não governamentais, instituições acadêmicas, movimentos sociais e outros atores relevantes no processo de tomada de decisão e na implementação de ações

voltadas para a segurança. Essa abordagem se baseia na premissa de que a segurança pública é responsabilidade de todos, e não apenas do Estado.

No estudo realizado por Paixão (1982), o autor analisa as estatísticas oficiais de criminalidade em Belo Horizonte, proporcionando uma compreensão inicial dos crimes e criminosos na cidade. Essa pesquisa permite uma reflexão sobre os fatores sociais e econômicos relacionados à ocorrência de crimes, auxiliando na formulação de políticas públicas de segurança.

Ao examinar as estatísticas de criminalidade, o estudo de Paixão pode revelar padrões e tendências que ajudam a identificar áreas geográficas ou grupos populacionais com maior incidência de crimes. Isso pode fornecer informações valiosas para a formulação de políticas públicas de segurança, uma vez que as causas subjacentes da criminalidade podem estar associadas a fatores sociais, como pobreza, desemprego, falta de acesso à educação, entre outros.

É importante ressaltar que as políticas de segurança pública devem ser baseadas em evidências e em uma compreensão aprofundada dos problemas sociais subjacentes. A análise cuidadosa dos dados, estudos empíricos e a consulta a especialistas são elementos essenciais para formular políticas eficazes que abordem as causas da criminalidade de maneira abrangente (ADORNO, 2019).

Já Paoli (1983) aborda o tema da cidadania no contexto brasileiro, questionando a inclusão dos povos indígenas nessa noção. A autora destaca a importância de considerar a diversidade cultural e étnica do país ao discutir a cidadania, ressaltando a necessidade de superar o preconceito e a discriminação em relação aos povos indígenas e garantir seus direitos e participação política.

O estudo de Pavez, Toledo e Gonçalves (2009) investiga a formação da rede de atores envolvidos na segurança pública e sua influência na mobilização social. Essa pesquisa analisa como a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) no Brasil tem impactado na construção de parcerias entre governo e sociedade civil para lidar com questões de segurança. O estudo destaca a importância da participação e mobilização social na formulação e implementação de políticas públicas de segurança.

Considerando esses diferentes pontos de vista, podemos observar a relevância de abordagens integradas na gestão da segurança pública, envolvendo a participação da sociedade civil e a consideração das diversidades culturais e étnicas do país. A inclusão da população e o estabelecimento de parcerias entre governo e sociedade civil são fundamentais para o

desenvolvimento de políticas efetivas de segurança, que levem em conta as necessidades e realidades das diferentes comunidades.

Além disso, a análise das estatísticas de criminalidade pode fornecer subsídios para compreender os desafios enfrentados e direcionar ações para prevenção e combate ao crime. Portanto, a abordagem integrada na gestão da segurança pública, considerando a participação social, a diversidade cultural e a análise de dados estatísticos, pode contribuir para a construção de políticas mais eficazes e promover a cidadania e a justiça social no Brasil.

Adorno (2019) traz uma visão crítica sobre a segurança pública, o crime e a violência, analisando abordagens contemporâneas. O autor destaca a importância de considerar o contexto social, político e econômico ao lidar com questões de segurança, enfatizando que a criminalidade e a violência são fenômenos complexos que demandam uma análise aprofundada e uma abordagem multidimensional. Adorno argumenta que políticas de segurança baseadas apenas na repressão e no encarceramento não são eficazes e podem perpetuar ciclos de violência.

Por sua vez, Barros (2018) aborda a gestão de polícia e a violência no Brasil, destacando a relação entre criminalização da política e a escalada da violência. O autor argumenta que a forma como a segurança pública é gerenciada, incluindo a atuação policial, pode ter impactos significativos na ocorrência de crimes e na garantia dos direitos individuais e coletivos. Barros propõe uma reflexão sobre a necessidade de uma gestão policial mais democrática e voltada para a prevenção, buscando superar a militarização e promover a participação da sociedade na definição das políticas de segurança.

Essas perspectivas adicionais reforçam a importância de abordagens críticas e reflexivas na gestão da segurança pública. Considerar o contexto social, a complexidade dos fenômenos criminais e a participação da sociedade civil são elementos fundamentais para a construção de políticas mais eficazes. Além disso, é essencial buscar alternativas à abordagem meramente repressiva, promovendo a prevenção, a inclusão social e o respeito aos direitos humanos como pilares fundamentais na busca por uma sociedade mais segura e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, exploramos a importância da abordagem integrada na gestão da segurança pública, envolvendo a sociedade civil e outros atores. A partir das contribuições de autores como Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Rocha e Sérgio Adorno, podemos concluir que a participação social e a colaboração entre diferentes setores são fundamentais para promover uma atuação eficiente e efetiva no campo da segurança.

Aprendemos que a segurança pública não é responsabilidade exclusiva das forças policiais, mas sim um trabalho conjunto que requer a participação de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades e cidadãos em geral. Essa abordagem integrada permite enfrentar as causas estruturais da violência, como a desigualdade social e a exclusão, e promover uma cultura de paz.

É relevante destacar que a participação da sociedade civil na gestão da segurança pública não pode ser apenas simbólica, mas deve ser efetiva e inclusiva. As comunidades afetadas pela violência devem ter voz e participar ativamente nos processos de formulação e implementação de políticas de segurança. Essa participação contribui para uma atuação mais contextualizada e eficiente, levando em consideração as demandas específicas de cada localidade.

Os estudos sugerem a criação de espaços de diálogo e cooperação entre diferentes atores, como conselhos de segurança e fóruns de discussão. Além disso, é importante estabelecer parcerias entre setores público e privado, buscando soluções conjuntas para os problemas de segurança. A promoção de uma cultura de participação e cidadania também se mostra essencial nesse contexto.

Em suma, a abordagem integrada na gestão da segurança pública, envolvendo a sociedade civil e outros atores, representa uma alternativa promissora para lidar com os desafios da segurança. Ao fortalecer a participação social, aprimorar o policiamento comunitário e buscar a resolução pacífica de conflitos, podemos avançar em direção a uma sociedade mais segura e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ADORNO, Sérgio. **Segurança Pública, Crime e Violência: abordagens críticas contemporâneas**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BARROS, Tarcísio. **Gestão de Polícia e Violência no Brasil: a criminalização da política**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

CANO, Ignácio. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSUMECI, Leonarda. **Gestão estratégica da segurança pública: uma análise das políticas adotadas no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, Maria Stela Grossi. **Políticas Públicas de Segurança no Brasil: desafios e perspectivas.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Violência e crime: causas e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PAIXÃO, Antônio L. **Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade.** In: Boschi, Renato R. (org.). *Violência e cidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PAOLI, Maria Célia P. M. **O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? In: Vidal, Lux (org.). O índio e a cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAVEZ, Thais Regina; TOLEDO, Demétrio G. C. de; GONÇALVES, Renata. **Redes sociais, mobilização e segurança pública: evolução da rede de atores da segurança pública no processo preparatório da 1ª Conseg.** Brasília: Ministério da Justiça, 2009.